

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A ESCRAVIDÃO NEGRA NA OBRA DA BRASIL PARALELO

Murilo Cleto

UFPR

murilocleto@ufpr.br

Iniciada em 2016 com um trio de amigos universitários em Porto Alegre, a produtora audiovisual Brasil Paralelo hoje ocupa dois andares num edifício comercial da Avenida Paulista, em São Paulo, para acomodar uma equipe de mais de 100 funcionários. 200 mil assinantes atualmente ajudam a financiar a produtora, com R\$ 10 ou R\$ 49 mensais. A empresa teve um faturamento de 30 milhões de reais em 2020, 335% a mais do que no ano anterior. A previsão para 2021 é dobrar. (ZANINI, 2021). Hoje, o canal da Brasil Paralelo no YouTube já acumula 1,85 milhão de inscritos e mais de 122 milhões de visualizações distribuídas em 477 vídeos. Esses vídeos têm os mais diversos formatos, desde pequenas chamadas para outras atividades, passando por *lives* mais simples, até superproduções de pretensão documental. A trilogia que culpa Paulo Freire pelo fracasso educacional brasileiro, por exemplo, custou nada menos que R\$ 2 milhões (ZANINI, 2020a).

Entre as produções mais elaboradas, está a série documental “Brasil: a Última Cruzada”. Dividida em seis episódios, lançados periodicamente entre setembro de 2017 e abril de 2018, com cerca de uma hora de duração cada, ela se trata de um empreendimento bastante ousado, com um amplo recorte temporal, que vai das Cruzadas medievais até a Era Vargas. É nela que se encontra a versão da produtora sobre a colonização, o Império e a escravidão no Brasil.

Em linhas gerais, é possível dizer que a série trata a colonização a partir de uma perspectiva eurocêntrica e, sobretudo, lusófona. Nos raros momentos em que fontes históricas aparecem, elas são de narradores portugueses e sem nenhum tipo de escrutínio. O episódio 2 – A Vila Rica –, por exemplo, descreve uma série de características incivilizadas atribuídas aos povos indígenas a partir de relatos de padres

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

jesuítas apresentados pelo professor¹ Thomas Giulliano Ferreira Santos. Como conclusão inescapável, a experiência colonial teria operado como uma espécie de banho de progresso para os colonizados: “A música desses índios aqui tem quatro notas, meu deus. Vamos ensinar aqui uma escala de doze notas”, emula um catequista da época o ideólogo Olavo de Carvalho. “Então eles pegam comunidades aqui indígenas no Brasil”, prossegue agora em tom professoral, “e levam do paleolítico ao barroco em 20 anos”.

Embora se reivindique como produtora de conteúdo “sem viés político ou ideológico”, fruto de uma “sociedade empresária independente, apartidária e imparcial”, como diz num direito de resposta ao jornal O Globo, em 2019, são diversos os sinais de direção diversa em “Brasil: a Última Cruzada”. Um deles está na descrição acrítica da colonização. Outro, nada sutil, sugere afinidades entre a obra e o movimento monarquista, que vem ganhando espaço no Brasil, já com alguma representatividade na Câmara e sobretudo no governo Bolsonaro, notadamente na Secretaria Especial da Cultura sob o comando do ator Mário Frias (ZANINI, 2020b). Um momento marcante dessa aproximação, continuamente reforçada por elogios entusiasmados dos entrevistados à família real – dois deles inclusive pertencem a ela –, está no quarto episódio. Durante a narração da independência, a produção realça seu caráter épico e o hino imperial aparece não como fonte, mas trilha sonora.

Apesar de extensa, com mais de seis horas de conteúdo, e do longo período que o fenômeno ocupou na história do Brasil, a série “Brasil: a Última Cruzada” só dedica

¹ Em artigo publicado na coletânea “Covid-19 e a comunicação”, lançada em 2021 pela editora da Universidade Federal de Goiás, defendo, ao lado do professor Clóvis Gruner, a ideia de que a Brasil Paralelo age de modo ambíguo quanto aos saberes acadêmicos. Se, por um lado, a produtora parte do pressuposto de que as universidades são parte ativa de um projeto de dominação marxista – rejeitando seus postulados, portanto – por outro busca legitimar seu discurso através de credenciais que são típicas da academia. Além da impostação, do tom professoral e do cenário, também chama a atenção a recorrência à titulação para apresentação dos entrevistados, que compõem, junto à narração em *off*, o principal fio condutor da narrativa. Em geral, os entrevistados têm carreiras acadêmicas discretas ou até inexistentes. Mas é comum que influenciadores de redes sociais sejam apresentados como cientistas políticos, por exemplo. Um caso interessante nesse sentido é o do deputado Luiz Philippe de Orléans e Bragança, conhecido como descendente da família real portuguesa, mas introduzido no documentário da Brasil Paralelo sobre a pandemia como “mestre em Ciência Política pela Stanford University”. Outro caso emblemático neste sentido é o de Rafael Vitol Brodbeck, que em “Brasil: a Última Cruzada” defende a hipótese de que os visigodos caíram para os árabes na Península Ibérica porque não armaram a população romana local. Na série, ele aparece como “pesquisador”. Brodbeck é delegado da Polícia Civil e autor de diversos manifestos armamentistas.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

vinte minutos à escravidão negra. Desses vinte, somente seis estão no episódio que versa sobre a colonização. A narração em *off* assim abre o tema:

O prosperar da organização e da segurança permitiu que o comércio realmente começasse. Os engenhos de açúcar a serem construídos agora eram uma realidade. E viriam acompanhados de uma das maiores chagas da história do mundo. Das grandes manchas morais da biografia humana, é impossível não lembrar da escravidão como uma das maiores.

Logo depois, vem o cientista político Adriano Gianturco:

A escravidão, do ponto de vista moral e ético, não há nenhuma dúvida, não há discussão, é uma aberração moral. Acho que por aí não tem conversa. Ninguém discorda disso. O ponto é que, do ponto de vista histórico, infelizmente, foi a normalidade no mundo inteiro por grande parte da história, na verdade. É um período muito recente que nós temos sistemas econômicos baseados na não-escravidão.

Ambas as citações estão ao menos parcialmente corretas. A escravidão, de fato, é um grande problema moral, mas, ao tratá-la simplesmente como uma mancha, um acidente de percurso, e não um sustentáculo do sistema colonial e, depois, do imperial – cujos legados a Brasil Paralelo inequivocamente defende –, faz crer que ambos ocorreram *apesar* do escravismo, quando o mais preciso historicamente seria concluir que foram *por causa* dele.

E, já no segundo episódio, outras três adversativas compõem fundamentalmente o argumento da série sobre o tema.

A primeira é que a escravidão no Brasil nunca foi racial. Segundo o professor Paulo Cruz:

Não é racial. Ela se torna racial no século XIX. Quando surgem as teses eugenistas, é que aí se usa essa questão de tentar ligar ou associar o africano ou o descendente de africano ao escravo. Mas isso é muito tardio. Então não era. Foi uma escravidão, primeiro, de oportunidade. Tanto é que não era difícil você encontrar negros que se tornavam senhores e que tinham seus escravos também. Então, quer dizer, dentro de uma economia escravista, se eu sou senhor de engenho, eu também tenho escravos.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A segunda adversativa é uma das preferidas das novas direitas sobre o tema. Um pouco menos recentemente, provocou escândalo a afirmação do jornalista Leandro Narloch, em seu Guia Politicamente Incorreto, de que Zumbi tinha escravos. Ela sempre volta à tona. Na série, Thomas Giulliano amplia o diagnóstico:

A alforria era uma concessão do senhor, mesmo que o negro tivesse dinheiro para pagá-la. Aí nós temos um problema: não conseguiram comprar a sua alforria. ‘Pois bem, tenho esse dinheiro e vou investir nesse capital’. Comprava escravos. E tinham essa possibilidade. E nós temos casos – percebam o nível de especificidade da nossa escravidão – de antigos escravos que pagavam sua alforria com seus próprios escravos. Claro que são casos que são minoritários no sentido da história da escravidão como um todo, mas são especificidades que não são comentadas, que não são debatidas.

No próprio campo da história pública, pelo menos duas obras audiovisuais dão conta de responder bem a essa estratégia discursiva. Tanto em “Guerras.Doc” (2019), série dirigida por Luiz Bolognesi, quanto no documentário “Legado Negado: a escravidão no Brasil em um guia incorreto” (2019), do canal Leitura ObrigaHISTÓRIA, com roteiro e direção de Icles Rodrigues, há um esforço no sentido de demonstrar que narrativas como essas na obra da Brasil Paralelo carecem de um debate mais sério no sentido de inscrever a escravidão no interior do sistema colonialista e, a partir disso, distinguir as práticas em seus significados diversos. O formato “gabinete de curiosidades”, por sua vez, em que a Brasil Paralelo aparece para tensionar com as esquerdas citando casos de escravidão de negros por negros, parece ter apenas um viés provocativo e polemista.

Já a última adversativa tem a ver com uma estratégia bastante conhecida do olavismo, que é o *álibi do mal maior*. Ele inclusive aparece em outras produções da Brasil Paralelo, como nos documentários sobre a ditadura e até mesmo sobre a pandemia de covid-19. No episódio extra do *podcast* Retrato Narrado (2019), da Rádio Novelo, Letícia Duarte, pesquisadora do campo das Comunicações, descreve o contato que teve com Olavo de Carvalho na Virginia, enquanto ela produzia o trabalho final do mestrado. Os encontros foram gravados e dão excelentes indicativos do *modus operandi* que caracteriza esse naco das direitas brasileiras.

O *álibi do mal maior* aparece quando, num dado momento da conversa, Duarte usa como premissa a ideia de que o Olavo pertence à extrema-direita. Irritado, ele

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

passou a ofendê-la, desferindo uma série de palavrões. Disse, então, que nunca defendeu nenhum regime sustentado à base da violência – que é o que caracterizaria o seu extremismo. Duarte, uma jornalista experiente, chegou para a entrevista municiada de declarações que demonstravam o oposto. Mais contrariado ainda, Olavo então lhe pergunta: “você não tem senso de proporção, não?”. A partir dali, passa a listar uma série de dados sobre mortes provocadas por regimes autoritários, mas à esquerda, e a acusa de cumplicidade diante delas.

Mesmo num documentário em que o contraponto é inexistente, essa estratégia discursiva aparece para formar essa adversativa, que, no fim das contas, é um exercício – um tanto enviesado, é verdade – de proporção. Como os dados sobre escravidão no Brasil são muito volumosos, não seria um caminho muito frutífero para a série falar em volume de traficados. Então, o que a ela faz, primeiro a partir de Olavo e, depois, do diplomata Alberto da Costa e Silva, é tentar descrever outras experiências escravocratas como sendo mais brutais do que a brasileira. Primeiro, o ideólogo:

A escravidão muçulmana é um assunto relativamente recente na pesquisa historiográfica. Tem um livro que eu recomendo de um historiador africano chamado Tidiane N'Diaye, que chama “Le génocide voilé” – “O genocídio velado” –, que é a desgraça que a escravidão muçulmana fez na África [...]. Os muçulmanos preferiam comprar mulheres e, quando compravam homens, capavam. Porque eram, em grande parte, para finalidade sexual.

Costa e Silva, então, arremata:

O escravo na África era enterrado com a corda amarrada no pescoço. Esticavam a corda para fora do enterro, para ser puxada para fora quando fosse necessário. Quando morria um chefe em algumas regiões da África, isso poderia significar que seriam mortos 20, 30, 40, 50 escravos para acompanhar, no outro mundo, aquele chefe que havia morrido.

Embora as práticas do escravismo muçulmano sejam descritas em detalhes, não há, em nenhum dos vinte minutos que a série dedica ao tema, qualquer menção a tortura, subjugação, humilhação e execução de escravizados aqui no Brasil – sejam eles de origem indígena ou africana. A conclusão do debate sobre a escravidão no segundo episódio se dá com o início do período da União Ibérica, tida como resultado da morte do rei Dom Sebastião na luta contra muçulmanos no norte da África em 1578. A

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

passagem assume, portanto, um caráter de redenção. Fica sugerido que, não fosse a bravura do monarca português, teriam predominado aqui também as barbáries pormenorizadas no continente africano.

No quinto episódio, que dedica mais tempo ao tema, há uma preocupação muito grande em demonstrar o quanto, a despeito da notória lentidão com que se deu a abolição da escravatura aqui no Brasil, a família real teria na verdade se notabilizado como uma referência abolicionista. A narrativa se junta a iniciativas mais difusas de endosso ao Império nas redes sociais a partir da questão escravista. Em 2019, por exemplo, a agência de checagem Aos Fatos examinou um conteúdo viral predominantemente enganoso que circulava pelo WhatsApp e afirmava, entre outras coisas, que Dom Pedro II defendia a abolição desde 1848, numa “luta contra poderosos fazendeiros por 40 anos”, e que a princesa Isabel escondia escravos fugidos na casa de veraneio, em Petrópolis (RIBEIRO, 2019). Um post similar no Facebook, no ano seguinte, obteve mais de 45 mil compartilhamentos entre abril e novembro (PINHEIRO; COELHO, 2020).

Sobre essa disposição pessoal do imperador, Bruno Garschagen, que aparece na série como “cientista político e escritor best-seller”, sustenta:

Dom Pedro II, inclusive, para que o seu exemplo público fosse visto como um símbolo abolicionista, ele não andava com escravos na rua. Ele mandou abolir aquela coisa de andar com escravos carregando ele. Então ele, pelo exemplo, ele tentava contagiar a sociedade brasileira e os próprios escravocratas para que a abolição fosse uma realidade.

Segundo Paulo Cruz,

A abolição sempre foi um tema que ficou na cabeça do imperador e da princesa Isabel. Muitas daquelas figuras do parlamento brasileiro e também das figuras públicas encabeçaram o movimento e o Império sempre veio junto com esse movimento.

Em seguida, a narração em *off* trata a lei Feijó como “primeira tentativa de reduzir a escravidão”. A medida, diz a série, seria apenas “para inglês ver”, pois na prática acabou sendo ignorada por décadas graças à falta de fiscalização. No entanto, a peça omite que, por pelo menos 10 anos – desde o Golpe da Maioridade – essas vistas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

grossas ocorreram sob a responsabilidade de Dom Pedro II, teoricamente um entusiasta de primeira hora da abolição.

Rafael Nogueira, nomeado presidente da Biblioteca Nacional sob o governo Bolsonaro, então arremata:

Em 1850, aí sim tem a famosa lei Eusébio de Queiróz, que, aquela, não foi pra inglês ver. O governo resolveu cobrar. A partir de então o tráfico estava extinto. E depois nós temos a lei que dizia que todo negro nascido de mãe escrava seria então livre, que é a lei do Ventre Livre.

Confundindo as leis Eusébio de Queiróz e do Ventre Livre, além das datas, o jornalista e escritor Aristóteles Drummond sentencia: “Depois de 1850, todos nasceram livres. Depois dos [18]60 e poucos se fez a lei dos sexagenários, que liberava aos 60 anos. Com a Guerra do Paraguai, se alforriou aqueles que se apresentaram para lutar pelo Brasil”.

Gastão Reis, economista e palestrante, defende a demora no processo de abolição da escravatura no Brasil: “mostra que houve um cuidado no sentido de encaminhar uma solução a médio e longo prazo”. À pergunta “por que o imperador simplesmente não decretava o fim da escravidão?”, feita por Bruno Garschagen, a série responde primeiro com o comentário do professor Thomas Giulliano: “a (abolição da) escravidão era uma causa social, era uma causa popular, mas, ao mesmo tempo, era uma causa que você, ao defendê-la, tinha muito a perder”.

Em seguida, Garschagen, Narloch e Luiz Felipe D’Ávila defendem a abolição gradual diante da possibilidade de caos político e social, citando os contraexemplos de Estados Unidos e nações fragmentadas da América espanhola. Para concluir a sequência, que também enaltece a figura da Princesa Isabel, Thomas Giulliano diz: “A escravidão é o grande calcanhar de Aquiles da história brasileira. E a forma como ela foi superada é motivo de orgulho”.

Como se sabe, a relação do Dom Pedro II com o tema era bem mais claudicante do que isso. Há inúmeros registros que podem ser utilizados, como as Falas do Trono, por exemplo, direcionadas ao parlamento na Assembleia Geral, que foram objeto de análise da dissertação de mestrado do historiador Mauro Henrique Miranda de Alcântara (2013). Nelas, não se encontra uma figura fortemente arrebatada pelo

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

abolicionismo. O que se vê é, longe disso, um político tentando se equilibrar. O que a série faz é tentar apresentar um abolicionista convicto lutando contra o sistema por dentro, uma característica muito marcante de movimentos da extrema-direita histórica, mas também dos mais contemporâneos, que estão, quando no poder, o tempo todo tentando resolver essa contradição entre ser governo e antissistema ao mesmo tempo. Essa imagem, que é muito projetada no presidente Jair Bolsonaro, apesar de todas as flagrantes contradições, também serve de instrumento para pensar a figura de Dom Pedro II há quase 200 anos no discurso da Brasil Paralelo.

Num dos mais completos levantamentos sobre a produção historiográfica nacional na década de 1980, Carlos Fico e Ronaldo Polito (1992) são enfáticos ao destacar o protagonismo da questão escravista em livros, dissertações, teses e, sobretudo, artigos científicos no Brasil. Embora o percentual dedicado às teses seja menor, entre artigos o predomínio da temática é esmagador – 15% do total. Isso significa que, dos 900 textos observados, 136 tratavam diretamente da escravidão moderna no país. Em segundo lugar, com pouco mais da metade das publicações, figura a temática da História Econômica.

O escravismo também foi tema de destaque em congressos, seminários e demais eventos acadêmicos. Em 1988, um congresso internacional se dividiu entre UFPR, USP, UFF, UEM e UEL e outro, organizado pela Associação Brasileira de Estudos Americanos, foi realizado em Mariana-MG. Outro evento que chama atenção, dessa vez pelo título em claro descompasso com o discurso que se consolidou depois entre profissionais e militantes ligados ao tema, é o Seminário Preparatório ao Congresso Comemorativo da Abolição da Escravatura (FICO; POLITO, 1992).

No fim dos anos 1980 ainda surgiu, por iniciativa do Arquivo Nacional, o “Guia brasileiro de fontes para a história da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual”. O período também foi caracterizado por uma série de revisões importantes no que diz respeito ao manejo das fontes e a perspectivas de observação. Como é o caso das críticas a “Casa Grande & Senzala”, isso se deve ao escrutínio direto de obras e autores específicos ou, ainda, a características mais específicas de modos de vida ou produção durante os períodos colonial e imperial (FICO; POLITO, 1992).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Não é por acaso que o livro de Gilberto Freyre tenha ocupado tanto espaço na produção historiográfica brasileira acerca da escravidão negra. Num artigo que oferece, como diz a autora, o “estado atual da questão”, Suely Robles Reis de Queiróz (2007) sustenta que é precisamente na oposição de perspectivas que tratam o escravismo na América portuguesa como cruel ou benevolente que se dá o dissenso entre os profissionais da história no Brasil. Freyre representa, como se sabe, a segunda corrente.

Embora seja muito mais do que isso – afinal a obra de Freyre inovou em termos tanto metodológicos quanto éticos, negando o paradigma racista em voga na década de 1930 –, não restam dúvidas de que “Casa Grande & Senzala” acabou contribuindo para o reforço e o alastramento de um imaginário que relativiza as atrocidades do sistema escravista em nome de uma projeção idealista do passado, tal qual já faziam parlamentares, viajantes e historiadores saudosos do império (QUEIRÓZ, 2007).

O deputado Domingos de Andrada Figueira, por exemplo, dizia que o escravo era um “verdadeiro fidalgo proletário” e vivia melhor do que os seus próprios senhores. Nesta toada, José de Alencar destacava o caráter “moderado” e “doce” da escravidão no país. “Desde logo salientamos a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maior no Brasil do que em qualquer outra parte da América”, sentenciou Freyre (1963, p. 393), que também especulou sobre a condição desses sujeitos no outro lado do Atlântico: “talvez mais felizes no Brasil patriarcal do que, quando na África negra, oprimidos por sobas e, sobretudo, maltratados nas próprias tribos; vítimas, por vezes, das tirânicas opressões tribais sob o aspecto de ritos compressores” (FREYRE, 1979, p. 15).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e as sucessivas independências na África e na Ásia, o regime salazarista chegou a buscar nas ideias de Freyre uma espécie de autorização moral para um neocolonialismo a cada dia mais em xeque no mundo. O sociólogo pernambucano afirmou, nas palavras de João Alberto da Costa Pinto (2009), “o lusotropicalismo como um lusíada panglossiano de Salazar”. Para Freyre, o lusotropicalismo seria basicamente o desdobramento de “um novo tipo de civilização” provocado pelas Grandes Navegações. Também figuraria junto a ela um novo tipo de saber referente aos trópicos, criado numa espécie de simbiose fraterna de assimilação cultural entre europeus e nativos. Ao ditador português, interessava particularmente a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

negação da assimetria – e, sobretudo, da violência como elemento marcador – nas relações entre colonizador e colonizado.

Sem dúvidas, há muito dos pressupostos de Freyre na revisão que a Brasil Paralelo faz da história do Brasil. Primeiro, no que diz respeito à colonização, entendida como fundamental ao processo civilizatório e sem ressalvas. E, segundo, pela leitura que faz da escravidão em território nacional: errada por uma questão de princípios, mas nem tão ruim assim se comparada com outras e levando em consideração características supostamente mais brandas, somadas à benevolência da família imperial.

Em “O passado, modos de usar: história, memória e política”, o historiador italiano Enzo Traverso (2012) discorre sobre três modalidades de revisionismo: fecundas, discutíveis e nefastas. O revisionismo fecundo, diz Traverso, é aquele que, a partir da exploração de novas fontes, confere às sociedades a chance de atualizar determinado conhecimento. É também ele que, não necessariamente motivado por novas fontes, é resultado de uma mudança de paradigma interpretativo. Afinal de contas, se as fontes não falam por si – e de fato não falam –, é a perspectivação histórica que orienta a sua interpretação.

Há diversos exemplos de revisão fecunda. Na Alemanha do fim do século XIX, Eduard Bernstein teorizava sobre a necessidade de rever algumas das concepções de Marx para a realidade que o Partido Comunista queria transformar sob as lideranças de Kautsky, Luxemburgo e Lênin. Também colaborou enormemente para o enriquecimento do debate de ideias a revisão provocada por uma série de correntes historiográficas que, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, ampliaram os universos temáticos e de fontes e conferiram protagonismo a grupos historicamente marginalizados.

Isso sem contar iniciativas como a de Benny Morris e Illan Pappé, que, na contramão de mitos fundacionais bastante sensíveis ao Estado hebraico, não hesitaram em, além de admitir sua luta por sobrevivência, também enfatizar seu caráter depurador étnico na guerra de 1948. Um dos primeiros registros da utilização do termo “revisionismo”, aliás, refere-se à iniciativa de partidários de Alfred Dreyfus diante da acusação – que mais tarde se revelou infundada – de traição. A constatação mais

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

importante disso é que, palco de disputas, as revisões ultrapassam as fronteiras da historiografia e passam a funcionar como ferramentas para intervir no presente.

Mas há também, diz Traverso, casos de revisionismos discutíveis, como a “apologia melancólica do liberalismo como horizonte inultrapassável da história” (TRAVERSO, 2012, p. 161), promovida por François Furet em meio às comemorações pelo bicentenário da Revolução Francesa, que acontecia justamente durante o colapso da União Soviética. Seja como for, fato é que, como sublinha o historiador, os negacionistas conseguiram pegar carona na legitimidade que o termo ganhou no interior da historiografia para promover uma verdadeira confusão mental na defesa de posições das mais ultrajantes.

É onde se encaixam as revisões nefastas a que se refere Traverso (2012). Na Itália, essa modalidade tem como representantes intelectuais como Renzo De Felice, que lutou para reabilitar Mussolini distinguindo-o absolutamente do nazismo alemão e atribuindo às extremas-direitas de 1920-30 o papel não mais de algozes, mas de vítimas do bolchevismo. De Felice funcionou, no fim das contas, como o suporte intelectual de um projeto político restaurador na esteira da crise que catapultou Berlusconi.

Embora a Brasil Paralelo ainda esteja produzindo, tudo indica, até aqui, que a revisão da história do Brasil promovida pela empresa esteja, para permanecer nas categorias imaginadas por Traverso, entre a discutível e a nefasta. Se, por um lado, o grupo não defende abertamente fenômenos traumáticos da história do país, como a ditadura de 1964 e a própria escravidão, por outro os relativiza a tal ponto que fica difícil imaginar outra coisa. Não há, em qualquer momento das seis longas horas da série “Brasil: a Última Cruzada”, uma menção sequer aos horrores produzidos pela escravidão em território brasileiro.

Mais do que isso, a produção também não se debruça sobre as marcas deixadas pelo labor escravo após a abolição. O objetivo parece simples: tratar a escravidão uma página virada, embora lamentável, da nossa história. No segundo episódio, Bruno Garschagen admite: “*Se fala muito de reparação histórica com relação à raça e à etnia [grifo nosso], mas o fundamento da escravidão nunca foi a origem étnica. No Brasil nunca foi*”.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Ao ler os três séculos de escravidão negra no país a partir de uma chave fundamentalmente conciliadora, o que faz a Brasil Paralelo é subsidiar o projeto político de uma utopia meritocrática que desconsidere o peso do passado na condução de políticas públicas no presente. Essa, que já era uma tradição fortemente arraigada no Brasil, vinha sofrendo abalos, graças à pressão de movimentos sociais e a um impulso anticonciliatório na cultura e nas universidades brasileiras, desde o governo Fernando Henrique Cardoso, de onde descende o primeiro conjunto de ações afirmativas, chamadas por ele à época de “discriminação positiva”. Com FHC se criou o Programa Nacional dos Direitos Humanos, o Grupo de Trabalho Interministerial Para Valorização da Mulher Negra e o Programa Nacional de Ações Afirmativas. Em seguida, o governo Lula aprofundou esse processo: criou a Secretaria de Igualdade Racial, implementou o Estatuto da Igualdade Racial e estabeleceu as cotas raciais para universidades e concursos públicos – questão ainda hoje bastante sensível para boa parte das direitas.

“Se olhamos para trás e vemos a mancha da escravidão, é a história jogando holofotes sobre nós. Esperando deliberarmos sobre nossas ações para saber quem somos e como seremos lembrados”, diz o narrador em *off* no primeiro episódio da série. Se depender de “Brasil: a Última Cruzada”, seremos lembrados, como, nas palavras de Pierre Vidal-Naquel (1988, p. 36), grandes empreiteiros que buscaram “substituir a verdade insuportável pela mentira tranquilizadora”.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Mauro Henrique Miranda de. D. *Pedro II e a emancipação dos escravos*. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013.

AS GUERRAS da conquista (Temporada 1, ep. 1). *Guerras.Doc* [Seriado]. Direção: Luiz Bolognesi. Produção: Laís Bodanzky e Luiz Bolognesi. Produtora: Buriti Filmes, 2019.

BRASIL: a Última Cruzada. Produtora: Brasil Paralelo. YouTube, 20 set. 2017-09 abr. 2018. Disponível em: <https://youtube.com/playlist?list=PL3yv1E7IiXyQeAaMSn62T86Zzq336k8rF>. Acesso em: 27 jul. 2021.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1992.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Brasília: Editora UnB, 1963.

_____. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Editora Nacional; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

GRUNER, Clóvis; CLETO, Murilo. “Sete denúncias”: guerra cultural e retórica antissistema no documentário da Brasil Paralelo sobre a pandemia. In: OLIVEIRA, Rodrigo Cássio; CHRISTINO, Daniel; MACHADO JR, Eliseu Vieira. *Covid-19 e a comunicação*. Goiânia: Cegraf UFG, 2021. p. 357-382.

LEGADO negado: a escravidão no Brasil em um guia incorreto. Direção: Icles Rodrigues. Produção: Icles Rodrigues, Márcio Diniz da Silva, Edward Teixeira Firmo Neto, Adão Modesto e Vitor de Souza Francisco. YouTube, 20 nov. 2019. 1h26min. Disponível em: <https://youtu.be/tSMYb2ygxXw>. Acesso em: 26 jul. 2021.

O GLOBO. Direito de resposta Brasil Paralelo. *O Globo*, 25 jun. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/direito-de-resposta-brasil-paralelo-23761972>. Acesso em: 27 jul. 2021.

PINHEIRO, Victor; COELHO, Gabi. Post viral distorce informações sobre família real brasileira. *O Estado de S. Paulo*, 6 nov. 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/post-viral-distorce-informacoes-sobre-familia-real-brasileira/>. Acesso em: 26 jul. 2021.

PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e a intelligentsia salazarista em defesa do Império Colonial Português (1951-1974). *História*, Franca, v. 28, n. 1, p. 445-482, 2009. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0101-90742009000100016>. Acesso em 28 jul. 2021.

QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. A escravidão negra em debate. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 103-117.

RETRATO NARRADO: Como o olavismo explica o bolsonarismo. [Locução de] Letícia Duarte. [S.I]: Rádio Novelo, 18 nov. 2020. Podcast. Disponível em: <https://sptfy.com/5pvk~s>. Acesso em: 27 jul. 2021.

RIBEIRO, Amanda. Corrente de WhatsApp mistura fato e ficção para exaltar família real brasileira. *Aos Fatos*, 14 nov. 2019. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/corrente-de-whatsapp-mistura-fato-e-ficcao-para-exaltar-familia-real-brasileira/>. Acesso em: 26 jul. 2021.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar: história, memória e política*. Edições Unipop: Lisboa, 2012.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os assassinos da memória: “Um Eichmann de papel” e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas: Papirus, 1988.

ZANINI, Fábio. Trilogia sobre educação mostra nova trincheira do bolsonarismo contra esquerda. *Folha de S. Paulo*, 5 abr. 2020a. Disponível em: <https://folha.com/x715va6k>. Acesso em: 23 jul. 2021.

_____, Fábio. O império contra-ataca e ganha espaço na Cultura do governo Bolsonaro. *Folha de S. Paulo*, 12 jul. 2020b. Disponível em: <https://folha.com/vtl1gsdm>. Acesso em: 23 jul. 2021.

_____, Fábio. Produtora Brasil Paralelo vive crescimento meteórico e quer ser ‘Netflix da direita’. *Folha de S. Paulo*, 29 mai. 2021. Disponível em: <https://folha.com/ny8ichvu>. Acesso em: 23 jul. 2021.